



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Polícia de Segurança Pública comemorou, no passado dia 2 de julho, 155 anos de história ao serviço da causa pública e dos concidadãos que juraram proteger e servir.

Desde a sua fundação que esta polícia tem demonstrado ser um pilar determinante na segurança da sociedade portuguesa, assegurando, sem receios e de forma destemida, a defesa do estado democrático, salvaguardando os direitos dos cidadãos.

A nossa segurança é um incontestável e precioso ativo na qualidade da vida de todas e todos os cidadãos, sem prejuízo de revelar-se como uma verdadeira vantagem competitiva com outros países, permitindo captar investimento e reforçando a nossa imagem na conjuntura mundial. Sobretudo numa altura em que a segurança e paz valem ouro, muito por força do conflito armado na Europa.

Por isso, pese embora Portugal tenha abandonado o pódio da lista de países mais seguros do mundo, são os importantes contributos das nossas forças de segurança pública que fazem do nosso país - à beira-mar plantado, e ilhéus, um dos seis países mais seguros do mundo, segundo o *Global Peace Index 2022*, atrás da Islândia, Nova Zelândia, Irlanda, Dinamarca e Áustria.

Mas é suficiente? Perguntamos. Então, vejamos.

Segundo o *Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2021*, a criminalidade violenta e grave participada nos Açores aumentou drasticamente. Houve um acréscimo perigoso de 7,6% comparativamente com o ano de 2020. Das quase 10 mil participações, 1000 foram por violência doméstica, contando com um incremento de 5,3%. Em ambiente escolar, somos a quinta região do país com mais ilícitos.

Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo ocupam os três lugares do pódio dos municípios com mais participações, seguidos da Lagoa, ocupando a cidade da Horta, por sua vez, o sexto lugar desta classificação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Não estamos a falar de dados sobre pequenos delitos ou desacatos na via pública. Estamos a falar de ameaça à segurança dos açorianos, num contexto de violência e gravidade relevantes. A criminalidade grave e violenta aumentou cerca de 14,6% nos Açores em 2021, contrariando a tendência nacional, em que se verificou um decréscimo de 6,9%. Isto significa o terceiro maior crescimento em todo o país. Por comparação com dados regionais de 2020, os crimes de violação aumentaram 8%, o roubo 23% e o sequestro ou rapto cerca de 71%.

É necessário recuar quase uma década, até 2012, para se verificar um número de participações por crimes violentos superiores às de 2021.

A montante, o trabalho preventivo e pedagógico para uma sensibilidade acrescida sobre a violência, em especial a de género, e os seus espectros, que deveria ser adotado na comunidade escolar, para uma involução e mudança de paradigma, falhou em toda a linha pelos governos anteriores bem como pelo atual. Aliás, como poderemos capacitar os nossos jovens sobre o largo espectro da criminalidade quando, em ambiente escolar, somos uma região com um dos piores resultados a nível nacional? Temos crianças e jovens a faltar às aulas devido ao *bullying*, *cyberbullying* e à violência exercida em contexto escolar, sem prejuízo da violência em contexto intrafamiliar em que muitos jovens vivem.

A jusante, na atuação dos nossos sistemas de segurança, que futuro dar-nos-ão os órgãos de polícia nos Açores? Se contarmos com o rápido declínio da quantidade dos agentes da PSP e dos guardas da GNR nos últimos anos, quando a necessidade nos obriga a um reforço de 200 a 250 polícias no imediato, então o nosso futuro demonstra uma acelerada mudança negativa nos riscos e ameaças à nossa comunidade açoriana.

Por mais qualidade nos serviços de proximidade realizada pelas nossas forças de segurança, onde a missão e vontade moral de cada profissional conta, mesmo com uma exposição elevada ao risco, no final a nossa linha de defesa da segurança interna desmorona pelo simples facto de não haver efetivos suficientes. E quando o flanco não



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

está salvaguardo, a integridade física e mental dos poucos efetivos existentes está comprometida.

Poder-se-á até afirmar que não é uma competência da região. Mas é da nossa responsabilidade a salvaguarda da comunidade que nos elegeu. Aliás, é a nossa obrigação. Mas não só na defesa da sociedade civil açoriana, mas também na evolução das ferramentas que fornecemos às nossas forças de segurança no arquipélago - um profissional motivado e valorizado será mais diligente na salvaguarda dos direitos basilares dos cidadãos.

Damos como exemplo do que poderá ser feito na região.

Há dois dias, foi aprovada, por unanimidade, nesta casa, a Anteproposta de Lei do PAN/Açores que pretende fixar o subsídio de risco dos agentes da PSP em 443€. Não uma compensação tímida, mas sim uma equiparação justa do valor do subsídio já atribuído aos inspetores da PJ e do SEF.

Também o Governo Regional tem a obrigação de intervir publicamente, mas de forma assertiva e célere, sobre as más decisões tomadas pelo Ministério de Administração Interna, nos últimos anos, no que concerne a quantidade de efetivos necessários para a nossa região.

Quando as reuniões diplomáticas à porta fechada não funcionam, a coragem governamental é uma necessidade e último reduto para defesa dos nossos cidadãos.

Ou isso ou esperamos, com os braços cruzados, pelos dados do *Relatório Anual de Segurança Interna para 2022*, com um presumível aumento para 13 mil participações de criminalidade violenta e grave nos Açores, 1500 participações de violência doméstica e talvez a região com mais ilícitos em ambiente escolar de Portugal.

Mas também há ainda outra solução. Esperar, não pela ação do Governo Regional, mas pelo bafejo sortudo que o aumento da criminalidade nos Açores, em 2022, seja



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

proporcional às declarações do diretor da Polícia de Segurança Pública, Magina da Silva, e cito - *“o efetivo de polícias vai aumentar nos Açores, mas não será muito”*.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelo 155.º aniversário da Polícia de Segurança Pública.

Voto apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Pessoas - Animais - Natureza e aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 7 de julho de 2022.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Luís Carlos Correia Garcia